

MEMÓRIAS DE FRONTEIRA: O CONTRABANDO COMO EXPLICAÇÃO DO MUNDO

Luís Cunha

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

CRIA

Resumo:

1. A institucionalização da memória do contrabando – museus, monumentos e textos apologéticos. 2. O desaparecimento do contrabando tradicional: fim de um recurso material e emergência de um recurso narrativo. 3. A constituição de um discurso hegemónico sobre o contrabando: a valorização do “heróico contrabando tradicional”. 4. Fenómenos de polarização e esquematização narrativa: os “bons” e os “maus”. 5. Memórias do contrabando: a ética para lá da recordação. 6. “Cultura letrada” *versus* “cultura popular”, ou a mútua fecundação na consolidação de uma representação hegemónica do contrabando. 7. A memória como espaço disputa. 8. Como entender a patrimonialização da memória do contrabando?

Palavras-chave: Contrabando, memória social, processos narrativos, espaço de disputa.

MEMÓRIAS DE FRONTEIRA:

O CONTRABANDO COMO EXPLICAÇÃO DO MUNDO.

Num trabalho com já alguns anos mas que se tornou numa referência importante na reflexão sobre os usos da história, Marc Guillaume (1980: 39) defende que nas sociedades ocidentais a ideia de património se constituiu numa nova forma de paixão pelo passado. Pode parecer despropositado iniciar um texto sobre a memória do contrabando com a alusão à sedução pelo património que vem marcando a nossa contemporaneidade. Pode objectar-se, desde logo, que o carácter ilegal da actividade contrabandista a tornaria imune a uma patrimonialização consistente, mas pode também apontar-se a sua natureza fracturante como insusceptível de lhe conferir a nobreza histórica de que são investidos outros sinais fortes que marcam a memória da fronteira, por exemplo as batalhas contra castelhanos ou franceses. Até certo ponto estas objecções são válidas. Porém, se deslocarmos o nosso olhar - por um lado privilegiando o plano local face ao nacional e, por outro, prestando atenção às franjas do discurso propriamente histórico - perceberemos melhor o papel desempenhado pela memória do contrabando e também pela sua patrimonialização. Quanto a esta dimensão, que constituí objecto de abordagem nesta mesma obra (cf. cap.), convocamo-la aqui não apenas para sublinhar o seu vínculo ao tema da memória, mas também para relevar que a memória social não pode ser confundido com a recordação de factos acontecidos. Nela incorpora-se uma experiência do mundo, aquilo a que podemos chamar *mundovisão*. A paixão pelo passado, de que a ideia de património decorre, deve então ser vista como uma expressão visível das disputas simbólicas que fundam essa visão do mundo.

É por esta razão que o objecto que aqui nos importa considerar não deve ser confundido com o registo de recordações fragmentadas, conservadas pelos antigos contrabandistas e suas famílias, mas visto antes como um sistema estruturado e estruturante. Certamente que estamos perante a conservação da memória de uma prática, mas a um outro nível, talvez menos evidente mas nem por isso menos relevante, estamos também perante a gestão de um recurso narrativo de grande importância¹. É justamente nesta sua dimensão que a memória do contrabando incorpora um conjunto de valores apropriáveis do ponto de vista simbólico e político. Valores como a coragem

e a determinação, do mesmo modo que as razões evocadas para justificar o desrespeito das regras de circulação impostas pelo poder central, não servem apenas para contar episódios dessa longa história da fronteira e do contrabando, mas também como expressões de uma experiência e de uma visão do mundo que deve ser conhecida por quem escuta. Por esta razão, o modo como essas histórias circulam dentro da comunidade e para fora dela, bem como os aspectos em que mais se insiste e aqueles que são colocados em segundo plano ou mesmo esquecidos, constituem questões relevantes para entender os processos de patrimonialização e de uso da história a que aludimos. Tal como sempre sucede quando se toma o passado como matéria-prima, também a memória do contrabando passa por um processo de esquecimento e de disputa que tornam o discurso memorativo reconhecido e eficaz. Não basta, portanto, falar de recordações, pois é fundamental perceber também os modos de construção e apropriação da memória. Isto significa, evidentemente, tomar em conta o tecido social e as relações de força que aí se tecem, ou seja, conceber a rememoração não com uma realidade plana mas de uma forma dinâmica. Neste sentido, espaço de disputa, sendo esta dimensão que confere á memória o valor de um recurso no seu sentido mais pleno. Bem entendido que toda a memória colectiva contém esta dimensão de espaço disputado e conflituante. As características específicas da fronteira e da actividade contrabandista, proporcionam, porém, uma expressão particularmente enfática do que vimos dizendo. Tentemos perceber porquê.

AS FACES DO CONTRABANDO: DE RECURSO MATERIAL A RECURSO NARRATIVO.

São bem evidentes e estão suficientemente estudadas as razões que fizeram do contrabando um importante recurso para as populações raianas. Na rica e complexa história da fronteira luso-espanhola, o contrabando tanto constituiu a actividade principal para alguns homens e mulheres, como serviu de complemento a uma outra actividade profissional. Em qualquer destes casos, o contrabando possibilitou o acesso a rendimentos que não seriam acessíveis de outro modo. De facto, em alguns lugares e momentos históricos, o contrabando constituiu praticamente a única forma de romper a forte estratificação social e mesmo uma situação de penúria provocada pela ausência de trabalho². A forma de ligação de cada contrabandista à actividade decorre de vários factores, entre os quais se destaca a ponderação entre os riscos inerentes e os benefícios

expectáveis. Trata-se de uma equação que envolve diferentes variáveis, umas definidas localmente e outras que remetem para a acção do Estado - por exemplo através das decisões que toma no âmbito da política tributária. O cabaz de produtos procurados e oferecidos sempre foi definido pela articulação dessas diferentes variáveis, podendo incluir produtos estritamente proibidos e outros tolerados, mas em certas circunstâncias pode também ser marcado por uma franca especialização³. O que nos importa aqui, porém, não é esmiuçar produtos ou estratégias, mas apenas sublinhar o facto da fronteira ter constituído, durante muitos anos, um importante recurso para as populações raianas. Trata-se de uma questão particularmente relevante se considerarmos a actual realidade fronteiriça: com a gradual abertura à livre circulação que efeito provocou a extinção do contrabando tradicional?⁴ Este problema tem constituído objecto de análise, associando-se a perda desse recurso a consequências mais vastas, que implicam todo o tecido social e as formas de representação das identidades colectivas. Se a fronteira funcionou sempre como um polarizador de fluxos de natureza variada, a perda dessa função obriga a um profundo reajustamento dos modos de vida na raia⁵. Sem dúvida que a perda da possibilidade de aceder a uma fonte adicional de rendimento coloca dificuldades evidentes a uma parte da população raiana, mas a importância do contrabando não pode ser restringida à dimensão estritamente material. Pela sua presença ao longo de séculos, pelo elevado número de pessoas que envolveu e até tensões que gerou, o contrabando criou condições de sobreviver à extinção anunciada. De facto, mesmo deixando de ser um recurso material, ele continua a ser de grande relevância num outro plano: como recurso narrativo com o qual as populações contam para se pensarem na sua relação com o mundo e com o tempo. É esta a dimensão que aqui importa desenvolver.

Para percebermos de que forma o contrabando se projecta como recurso narrativo, devemos ter presente, antes de mais, o contraponto entre a diversidade da prática e a constituição de um discurso hegemónico sobre a mesma. Que existiram diferentes formas de fazer contrabando é uma evidência que qualquer estudo sobre o tema não deixa de notar e recensear com maior ou menor detalhe (cf. *e.g.* Amante (2007), Medina Garcia (1997), Uriarte (1994), Valcuende del Rio (1998). Algumas dessas diferenças têm mesmo um carácter fracturante ou estrutural, como sucede com o contrabando exercido por profissionais face ao desenvolvido apenas com carácter ocasional ou complementar. O mesmo se pode dizer em relação à distinção entre o contrabando feito essencialmente por mulheres daquele que os homens prioritariamente

executavam ou ainda da diferença entre o contrabandista que era contratado para levar uma carga e aquele que, arriscando mais, levava contrabando por sua conta e risco. Implicando fracturas, estas distinções têm também um carácter estrutural, encontrando expressão em factores tão nucleares como os produtos transaccionados, a composição dos grupos de contrabandistas, os percursos preferenciais ou até as redes de contacto.

As diferenças que elencámos e ainda outras igualmente relevantes, não obstam, todavia, a que, do ponto de vista do discurso dominante, pelo menos daquele que mais imediatamente é convocado quando se fala de contrabando, se verifique um notório centramento num modelo específico de exercício da actividade. O que mais imediatamente ressalta desse modelo é o vigor de uma certa idealização do contrabando e dos seus agentes. Aspectos como a coragem, a capacidade de sacrifício, a eterna e esquemática luta com os guardas fronteiriços ou a repressão e os castigos, são alguns dos temas que formatam essa representação. Podemos entendê-la como uma espécie de camada superficial que secundariza uma visão mais complexa e, deve dizer-se, também mais realista da actividade contrabandista. Essa segunda camada, não estando escondida nem sendo negada, raramente é exposta de forma imediata e espontânea. O desaparecimento do contrabando de longa distância ou a franca atenuação do risco, que marcou a actividade nas últimas décadas, por exemplo, tendem a ser minimizados nas narrativas que encenam essa actividade. Uma história do contrabando no século XX não pode deixar de ter em conta evidências como o desenvolvimento dos transportes motorizados ou a afirmação de uma política mais tolerante do ponto de vista aduaneiro, entre outros aspectos igualmente relevantes. Factores como estes vieram tornar anacrónico o heróico transporte de contrabando a longas distâncias em operações que levavam dias a concluir e favoreceram uma maior tolerância dos guardas fronteiriços. São pois, inequivocamente, elementos decisivos nessa história a que aludimos, mas secundários na representação dominante sobre o contrabando. O que queremos sublinhar, portanto, é o afastamento entre essa *história possível* e a *memória colectiva*. Colocada a questão neste ponto, importa procurar as razões que justificam a persistência de um modelo idealizado e até certo ponto romantizado de uma actividade que teve múltiplas faces.

O predomínio de um modelo narrativo é também constatado noutros lugares, por exemplo nos Pirenéus (cf. Comas d'Argemir & Pujadas, 1997: 76), facto que reforça a ideia da sua importância estrutural e sugere que possui um sentido clarificador do ponto de vista do funcionamento da memória colectiva. Se por um lado, como defendeu

Halbwachs (1950:94), cada memória individual constitui um ponto de vista sobre a memória colectiva, é também verdade que nesse mosaico nem todas as memórias se equivalem. A memória colectiva não pode ser vista como uma adição nem sequer como uma síntese. Devemos vê-la antes como uma máquina produtora de sentido e nessa medida como uma realidade dinâmica que articula representações e produz distinções sociais. Entre as histórias que se esquecem ou silenciam e aquelas que circulam, se reproduzem e se reforçam, existem forças e tensões que se jogam num espaço e num tempo que transcendem o sujeito. Ainda assim, é nesse espaço e nesse tempo que o sujeito encontra as referências que orientam a sua acção. Podemos considerar duas questões principais daqui decorrentes. Por um lado a importância do fundo ético que pauta este conjunto de narrativas de que vimos falando e, por outro lado, os mecanismos complexos e subtis que expressam fiabilidade e garantem legitimidade diferenciada às histórias que se contam e/ou se escrevem. Em relação ao primeiro destes pontos, o que está em causa é que o fundo que enforma as narrativas mais fortes chega a sobrepor-se ao conteúdo, ou seja, em certas situações a *moral da história* vale mais que a *narrativa* em si mesma (Cunha, 2006: 292). O segundo aspecto remete para algo que foi referido atrás, exactamente a ideia de memória como espaço de disputa, ou seja, como lugar simbólico cujo reconhecimento exige *autoridade*. Estamos conscientes de que esta é uma categoria difusa e que remete para instâncias de diferente natureza. Por exemplo o “ter estado lá”, quer dizer, o ter atravessado a fronteira com café às costas; o ter sido atingido por um guarda, o ter passado pelas prisões de Espanha, o ser capaz de apontar o lugar exacto de um acontecimento, etc. A um outro nível, a autoridade dispensa a experiência, valendo um estatuto de diferente natureza – alguém que assume uma categoria especial e distintiva, sustentada, muitas vezes, na cristalização do discurso escrito ou na legitimidade da enunciação política. Voltaremos a esta questão mais à frente, mas por agora importa considerar separadamente cada um dos dois aspectos que definimos.

RECORDAÇÃO E ESQUECIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO MUNDO.

A memória, como explica Todorov (2000: 153), é o produto da interacção entre apagamento e conservação. Uma não existe sem a outra, mas o que importa sublinhar é que recordar, tal como esquecer, implica classificar e seleccionar. Marc Augé (1998:

24) defende exactamente esta ideia usando uma metáfora que vale a pena recordar: no processo rememorativo existe como que um trabalho de jardinagem, sendo as plantas as recordações, só que entre estas, tal como num jardim, existem algumas que devem ser eliminadas para que outras se afirmem e floresçam. Uma concepção como esta coloca uma pergunta inevitável: como se faz então esse indispensável trabalho de selecção? Que critérios são usados e quais os factores fundamentais que o controlam? A fronteira, espaço liminar por excelência, estende a sua polaridade à memória e esta figura revela-se particularmente apta para que a comunidade se pense nas diferenças que a compõem e na unidade com que se pensa face ao exterior. Nas narrativas que cruzam a fronteira, entre as quais se contam as histórias de contrabando, encontramos uma interpretação do passado à luz do presente, mas também uma legitimação do presente recorrendo ao passado. Este binómio, que pode ser enunciado com clareza mas se confunde na prática, deve ser entendido como o resultado da operação de jardinagem de que fala Augé. Em todo o caso, os dois termos do binómio configuram um só universo narrativo. Trata-se de um universo que aspira a um consenso inalcançável, mas que ainda assim expressa um grau de reconhecimento suficiente para transmitir os valores morais e éticos dominantes e a representação hegemónica do mundo⁶. Falar de memória colectiva significa, portanto, aludir a um processo que conduz à conformação da narrativa a um modelo reconhecido e legitimado. Importa que fique claro que isto não significa a redução dos circuitos da memória colectiva a um mero esquematismo rígido e plano. A questão é bem mais complexa. Devemos pensar antes em várias camadas narrativas, sobrepostas e articuladas, sendo essa sobreposição e interacção que permite produzir sentido e reconhecimento em diferentes circunstâncias e perante diferentes interlocutores.

Como dissemos, as histórias associadas ao contrabando são apenas uma parte de um universo narrativo mais complexo que a fronteira estrutura. Acontecimentos específicos, como a guerra civil de Espanha, mas também as representações mais ou menos estereotipadas sobre o vizinho do outro lado da fronteira, podem e devem ser enquadradas nesse universo, que é também campo de significações. Permitimo-nos, por esta razão, fazer uma breve derivação ao tema do contrabando, para nos centrarmos num momento particularmente intenso da história da fronteira luso-espanhola, concretamente a guerra civil de Espanha. Convocamo-la pela densidade de sinais que consigo transporta e a tornam particularmente expressiva do ponto de vista da memória colectiva. Parece razoável acreditar que todo e qualquer conflito tende a produzir visões

dicotómicas e polarizadas , nomeadamente extremando a relação nós/outros. No caso de uma guerra civil esse efeito tem condições para ser particularmente acentuado, já que fragmenta a sociedade por dentro, criando distâncias intransponíveis onde antes havia unidade. A dicotomia política entre nacionalistas e republicanos é apenas uma das expressões dessa polarização, tal como o é também a distinção direita/esquerda. Olhado a partir de Portugal, o conflito foi usado de várias formas pelo discurso político dominante: para alertar para o perigo das lutas fratricidas, para a importância das lideranças fortes, para o valor inestimável de uma paz social interclassista, etc. A um outro nível, entre as populações que efectivamente viveram este conflito, ainda que de forma indirecta, como são as populações da raia portuguesa, preponderam igualmente visões maniqueístas, muito embora nem sempre coincidentes com as que eram expressas pelos círculos próximos do governo português⁷.

No caso do Alentejo deve ter-se presente a forte estratificação social, pois também ela nos ajuda a perceber a caracterização do conflito que perdura na memória colectiva. Assim, quando os informantes explicam que a guerra civil de Espanha foi uma luta dos “ricos contra os pobres” devemos ver nesta simplificação uma sobreposição de duas referências: a realidade espanhola, marcada por uma guerra fracturante, face à realidade portuguesa, ou pelo menos raiana, onde não existe guerra, mas que assenta numa composição social igualmente dicotómica. É uma banalidade considerar que a forma de contar a guerra é condicionada por representações sociais que podem não ter substância histórica. Serve, todavia, para vincar uma ideia que nos parece importante: alguns dos temas narrativos que circulam recorrentemente não se esgotam na função rememorativa nem sequer esta é a mais importante. Consideremos um exemplo como ilustração do que afirmamos. Um acontecimento tão concreto e singular como o suicídio de um refugiado em plena vila de Campo Maior, foi-nos narrado de formas muito diferentes, variando o local do acontecimento, o instrumento que foi usado para cometer o acto e até o sexo da vítima. Reduzir estas diferentes versões de uma mesma história à dificuldade em recordar acontecimentos de há mais de 60 anos, é redutor e insuficiente. Mais que o esquecimento ou a mentira, é a reescrita de uma história que aqui parece estar em causa. O que nela se conta, aquilo que determina a sua sobrevivência na memória colectiva, decorre da sua capacidade de transmitir uma experiência e um conhecimento. A compaixão de quem acolheu e protegeu os refugiados face à crueldade de quem os denunciou e perseguiu, faz parte desse quadro narrativo, como dele também faz parte o relato do desespero ou da violência desmedida.

Em suma, na tensão entre memória e esquecimento, a exemplaridade da narrativa depende menos da verdade que transmite que da sua capacidade de produzir sentido e gerar reconhecimento.

Também na memória do contrabando podemos encontrar uma lógica idêntica de activação das narrativas. Efectivamente, em qualquer obra que se centre nessa actividade e se apoie em testemunhos de contrabandistas, facilmente se percebe um conjunto de ideias fortes e estruturantes, nas quais o fio narrativo se sustenta. Um ponto de focagem notório é o da legitimação do contrabando. Através dele sublinha-se a arbitrariedade das proibições impostas pelo Estado. A situação actual, de fronteiras abertas, pode mesmo ser vista como prova dessa arbitrariedade, dessa forma absolvendo o contrabandista de uma eventual censura moral. Se outra razão não houvesse, o desrespeito das regras, impostas de cima para baixo, estaria mais que justificado pela necessidade – por exemplo conseguir alimentar a família fugindo a uma situação de desemprego. A este aspecto liga-se um outro, igualmente recorrente no discurso memorativo: o da coragem e valentia implicados na actividade dos contrabandistas. Neste caso, recordamos, a parte é claramente tomada pelo todo, não só pela atribuição genérica das qualidades referidas, mas também pela valorização de uma forma historicamente datada de fazer contrabando. Nem todos os temas narrativos, porém, são tão consensuais. Na verdade, mesmo a coragem pode e deve ser matizada. É certo que ela é reconhecida e apontada genericamente, muitas vezes pelos próprios guardas encarregues de combater o contrabando, mas não podemos ignorar que ela coexiste com a denúncia de traços menos positivos, por exemplo a cedência aos vícios que os elevados proventos obtidos no contrabando favorecem. Neste ponto vale a pena retomar a distinção entre contrabandistas amadores e profissionais, já que é essencialmente sobre estes últimos que incide o anátema de um certo desregramento de hábitos e comportamentos. Trata-se de uma situação que tem algo de paradoxal: aqueles que imediatamente se associam ao contrabando mais emblemático e valorizado, aquele que se realizava a longa distância e exigia total empenhamento, têm a sua imagem diminuída por razões acessórias mas relevantes.

O modo como se conta o eterno combate entre contrabandistas e guardas fronteiriços expressa, também ele, uma estrutura narrativa bastante definida e padronizada. Os truques de que o contrabandista se servia para conseguir os seus intentos a par das estratégias dos guardas para os contrariar, constituem um tema inesgotável ainda que redundante. Vale a pena considerar à parte o comportamento dos

guardas, pois encerra uma particular complexidade decorrente da natureza difusa da avaliação a que esse comportamento é sujeito. A convivência dos guardas com os contrabandistas, por exemplo, pode ser narrada de acordo com duas focalizações. Numa delas aponta-se a proximidade dos guardas e mesmo o seu humanismo enquanto na outra se sublinha e critica o que se entende ser uma convivência interessada e moralmente estigmatizada, já que seria controlada pelos industriais do café. Tende a ser avaliada diferentemente, portanto, a acção do guarda que deixa partir o contrabandista que capturou e que lhe permite levar algum do café que transportava, da acção do guarda que se supõe ter um acordo tácito com os grandes exportadores de café. Por outro lado, para a explicação do diferente comportamento dos guardas evoca-se mais a nacionalidade dos mesmos que factores mais abstractos, como o enquadramento jurídico. Na medida em que as circunstâncias historicamente objectiváveis são quase sempre colocadas em segundo plano, trata-se de uma explicação sustentada no *carácter*, mesmo que este ultrapasse o sujeito e surja como expressão colectiva.

Categorial inevitavelmente ambígua – até pela contiguidade entre o indivíduo e o grupo a que se agrega – o carácter atribuído, seja ao próprio ou a terceiros, ocupa um lugar central na estruturação da memória do contrabando. Esta avaliação de carácter não se aplica apenas ao olhar dos contrabandistas face aos guardas. A classificação de comportamentos e atitudes serve também para avaliar os pares. O que com isto queremos fazer notar é que as narrativas definem as linhas fundamentais de uma ética aplicável a guardas e contrabandistas. Sendo o contrabando uma actividade que facilmente gera desigualdades, não pode deixar de activar modelos explicativos para essa diferenciação. Factores arbitrários, como a sorte, concorrem com outros associados a qualidades pessoais – robustez física, disponibilidade para correr riscos, conhecimento dos caminhos da fronteira, etc. Se a capacidade de gerar desigualdade permite a mobilidade social a que já nos referimos, o seu contraponto é a competição desleal e a inveja. O roubo de cargas de café ou as denúncias aos guardas são exemplos de acções de tal forma condenadas que nenhum narrador assume tê-las cometido, muito embora tenha delas conhecimento e seja até capaz de detalhar exemplos. Outro aspecto importante na avaliação do comportamento do contrabandista é a ética familiar, sendo este um dos pontos em que a contraposição entre profissionais e amadores tende a ser mais sublinhada. É bastante comum a ideia de que os profissionais colocavam a família em segundo plano face a interesses pessoais e efémeros. Esta avaliação negativa conduz mesmo à matização da ideia do sacrifício - as dificuldades sentidas no percurso, a fuga

aos guardas, a fome, frio e sede que passavam, tudo isso, é mais valorizado se surgir enquadrado na resposta às necessidades familiares.

De um ponto de vista imediato e um pouco simplista, o esquematismo narrativo pode ser remetido para a contraposição entre *bons* e *maus*. Apesar de ser uma análise redutora, é este eixo que torna as narrativas frequentemente redundantes, como se todas as histórias pudessem ser subsumida num número muito limitado de categorias e mesmo de acontecimentos. Reportadas ao passado, as histórias constituem uma interpretação do presente através dos valores que activam. Esta é, sem dúvida, uma dificuldade estrutural quando se tenta aproximar *memória* e *história*. Não é que a história comece no ponto onde a memória colectiva se extingue ou decompõe, como defende Halbwachs (1950: 130). Muito embora exista permeabilidade entre essas duas instâncias, os modelos narrativos diferem de um ponto de vista substantivo. No caso da memória colectiva, a recordação pode funcionar como efeito retórico, já que em muitos casos a evocação visa mais um *modelo* que um *acontecimento*. Assim, a coragem revelada por quem escondeu refugiados é a mesma que se atribui aos contrabandistas do passado, do mesmo modo que o estigma da traição que se aponta aos denunciante serve tanto para os que denunciaram contrabandistas como para os que denunciaram os republicanos refugiados do lado de cá da fronteira. Sendo, do mesmo modo que a história, um espaço de disputa, a memória colectiva alimenta-se de feixes de significado a que o acontecimento dá forma. Não vivendo sem acontecimento, a memória colectiva tem com o conceito de *verdade* uma relação diferente da que alimenta a História. É este facto que permite que a memória seja, efectivamente, colectiva. A partir desta ideia, o debate que importa travar é acerca das razões que tornam algumas narrativas exemplares e alguns narradores detentores da “verdade”. É isso mesmo que tentaremos perceber de seguida.

AUTORIDADE E MEMÓRIA: A DECISIVA EQUAÇÃO.

Muito embora Halbwachs reconheça que cada memória individual constitui um ponto de vista sobre a memória colectiva (Halbwachs, 1950: 94-95), como bom durkheimiano que era acaba por subsumir essa diversidade numa “unidade de pontos de vista” que é condição de viabilidade da própria sociedade (Halbwachs, 1925: 289). Resulta daqui que o conflito e o dissenso são excluídos da análise, ou pelo menos

tratados como categorias espúrias. Evidentemente que só uma memória suficientemente consensualizada pode ser expressão de um colectivo, mas é necessário perceber quais os mecanismos implicados nesse processo de consensualização. Como já dissemos, a memória que circula numa comunidade ordena-se em diferentes planos, existindo entre eles uma articulação dinâmica e interactiva. Todavia, se na memória colectiva, entendida enquanto sistema de interrelação de memórias individuais, o outro é necessário para eu recordar, não é porque estejamos ambos mergulhados no mesmo pensamento social, mas porque as lembranças pessoais estão articuladas com as lembranças de outras pessoas, num jogo ordenado de imagens recíprocas e complementares (Candau, 1996: 66). Não deixando de ter presente que são de diferente natureza os tipos de memória que constantemente activamos, o que importa sublinhar neste ponto são os *processos de aprendizagem* - associados àquilo a que Paul Connerton (1989: 26 sgg.) chama *memória-hábito*, defendendo que através deles se incorporam valores e crenças que se tornarão *hábitos*. Nesta medida, as memórias que se partilham têm um papel de socialização que não pode ser esquecido. Sendo activação e reescrita do passado, a memória colectiva é também repositório de experiências e modelo de aprendizagem.

A relação entre o oral e o escrito encontra nesta função de aprendizagem um importante ponto de focalização. Constituindo um espaço de disputa, as lutas simbólicas que se travam em torno da memória definem os discursos dominantes e governam os consensos. Se considerarmos a escrita, como forma de cristalização do discurso, perceberemos que ela se alimenta e é alimentada por modelos narrativos típicos da oralidade. Um bom exemplo desta interacção é o romance *Maria Mim*, de Nuno de Montemor. Sendo apresentada e valorizada enquanto expressão enfática de uma realidade local, esta obra revelou-se capaz de fazer o percurso inverso, ou seja, alimentar ela própria o imaginário que lhe deu forma⁸. A reedição desta obra em 2003, através da Câmara Municipal do Sabugal, enquadra-se na sobrevivência da memória do contrabando, mas também no processo de configuração de uma memória legítima e reconhecida⁹. Evoco uma vez mais Campo Maior e o caso específico do café para fazer notar que o contrabando que nos é temporalmente mais próximo está longe de corresponder ao que é descrito em livros como *Maria Mim* ou *Los Mochileros*. Entre um e outro existem diferenças históricas evidentes, que vão desde a forma de circulação na fronteira até à centralização do negócio em cada vez menos mãos (Cunha, 2006_a). Estas transformações, que em termos práticos dispensaram os contrabandistas

profissionais, ocupam um papel menor nas narrativas sobre o contrabando se consideradas em si mesmas. A imagem heróica, feita de coragem e determinação, cola-se mal a esse contrabando de curta distância e de risco bastante controlado. Os textos escritos, como os que referimos, cristalizam, justamente, uma narrativa que se reporta a um passado já distante mas que é constantemente activado pelo valor social que lhe é atribuído.

O desejo de história de que fala Guillaume (1980: 138), tornou-se um factor importante na agregação das narrativas e na permeabilidade entre o oral e o escrito. A vontade de preservação já não é apenas da elite que inventou o museu e o alimentou de objectos e palavras que encenam o popular (Thiesse, 1999: 199 sgg.). Estendida a todo o tecido social, essa vontade de preservação contribui decisivamente para a patrimonialização do contrabando mas também para uma fixação mais eficaz das narrativas construídas em torno dessa actividade. Uma análise fina ao modo como o contrabando se vem tornando património – o que é mostrado nos museus, que discursos se constroem em torno das “rotas do contrabando”, etc. – permitiria perceber, por certo, as relações de força que dinamizam os usos do passado.

A envolvente política não pode deixar de ser tida em conta, não só por dela poderem depender, formalmente, algumas das peças do processo – criação de um museu, activação de uma rota de contrabando, edição de livro, etc. - mas também pelo papel que desempenha nas lutas simbólicas que envolvem a memória colectiva. Sem dúvida que as fronteiras são divisões decorrentes da vontade política, e são-no quer quando se constituem quer quando se esbatem e extinguem. Do mesmo modo, os discursos sobre a fronteira produzidos a partir dos lugares de poder tendem a consagrar e legitimar a situação presente. Por exemplo, quando a toponímia de uma terra raiana contempla o seu passado militar e este remete para a fronteira como lugar de enfrentamento, há um sentido e uma intencionalidade oferecidos à leitura. O mesmo se pode dizer quando o castelo raiano se constitui em *lugar de memória* (Nora, 1984) ou quando o esforço editorial de um município se orienta para textos ilustrativos do passado militar da localidade¹⁰. Com o desaparecimento da fronteira enquanto realidade local os discursos alteram-se. A ideia do reencontro de irmãos arbitrariamente separados por vontade política é um dos tópicos fortes da nova forma de perceber e mostrar a fronteira. A ela se junta, de uma forma aparentemente contraditória, a reivindicação de singularidade face aos vizinhos, só que neste caso o discurso é projectado sobretudo para o exterior. Pese este cruzamento de discursos que parecem apontar para sentidos

divergentes, o que é importante perceber é a porosidade entre este nível de elaboração do discurso e esse outro plano a que habitualmente chamamos memória social. É necessário perceber também, e por outro lado, que o contrabando constitui apenas um fragmento de um universo mais amplo e que só se revela plenamente se considerado na sua totalidade. Nessa totalidade, a fronteira não é apenas um recurso pelo rendimento económico que possibilitou mas também por ter constituído um lugar de refúgio em várias ocasiões, devendo ainda ser considerado pelas ideias de transgressão e de fascínio pelo desconhecido que incorporam. Esta totalidade constitui um repositório de experiências a que as narrativas dão sentido. Podemos imaginá-lo como uma espécie de metáfora do mundo, na qual se encenam alianças e tensões, invejas e actos de solidariedade, por forma a ensinar o valor da palavra e as consequências da mentira. É pela força e humanismo que possuem que as histórias do contrabando, tal como as da guerra civil, definem uma exemplaridade que as torna particularmente úteis no jogo de espelhos que caracteriza a fronteira.

¹ Entendemos por *narração* “uma realização linguística mediata que tem por finalidade comunicar a um ou mais interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-lo(s) tomar parte no conhecimento deles alargando assim o seu contexto pragmático (Segre, 1989: 58).

² Podemos tomar como ilustração do que dizemos a nossa própria investigação em Campo Maior (Cunha, 2006). Num contexto de forte estratificação social e de acesso muito limitado à terra, o contrabando não só possibilitou alguma mobilidade social como permitia atenuar as consequências das crises laborais.

³ Em Campo Maior, por exemplo, o café tornou-se o produto exclusivo de muitos contrabandistas, sobretudo homens. No caso concreto, tal monolitismo deve-se mais à centralização do negócio em poucos empresários do que à decisão dos contrabandistas (cf. Cunha, 2006_a: 256).

⁴ Usamos a expressão “contrabando tradicional” para o distinguir de outras formas de circulação clandestina que continuam a existir e de que os estupefacientes são exemplo claro. Uma diferença relevante para o nosso argumento é o deslocamento do plano local para um plano nacional e mesmo internacional da gestão desses movimentos.

⁵ Luís Uriarte (1114) pode aqui ser evocado como ilustração desse olhar. No seu trabalho sobre La Codosera recorre ao conceito de *cultura de fronteira* para expressar a sua preocupação com a perda do recurso material e simbólico que a fronteira significou.

⁶ No seu trabalho sobre Rio de Onor, Pais de Brito (1988: 115) toca também neste ponto, quando defende que as histórias que circulam na aldeia “vão permitir dar ordem ao tempo, hierarquizar valores, organizar ideias, classificar indivíduos e grupos, procurando, pela palavra, ordenar o presente, dimensão menos perceptível, mas decisiva na reprodução social da aldeia”.

⁷ Não é nossa intenção generalizar, nem sequer há nenhum interesse em fazê-lo. De qualquer modo, observações semelhantes às que nós próprios fizemos a propósito de Campo Maior podem ser reportadas a outros contextos (cf. e.g. Alves, 1981, Pires, (1997) e Godinho (2007).

⁸ Numa investigação realizada nos anos 80 por Cristina Santinho é mesmo defendido que Maria Mim, a personagem principal do romance, transcende a ficção para se tornar numa espécie de herói local, inspirador dos contrabandistas. Sobre esta mesma região da fronteira cf. o trabalho de Amante (2007).

⁹ Uma outra obra emblemática sobre o contrabando luso-espanhol, *Los Mochileros*, de Ballesteros Doncel, foi também objecto de reedição pela Diputación de Badajoz (1997). Esta (re)descoberta do contrabando tem ainda expressão na abertura ou desenvolvimento de projectos museológicos em mais que um lugar da raia.

¹⁰ Todos estes exemplos remetem para um contexto concreto, Campo Maior, mas o seu sentido transcende claramente essa localização.